



139
245
L

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0176283-6

APELANTE: EDVAL DA ROCHA PEREIRA FILHO E OUTRO

APELADO: FUNAFIN - FUNDO FINANCEIRO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA - CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. PUNIÇÃO ADMINISTRATIVA. SUSPENSÃO DE TRINTA DIAS. PEDIDO DE NULIDADE E DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REGULARIDADE DA SINDICÂNCIA E DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CONSTATADA. ANÁLISE DO MÉRITO ADMINISTRATIVO PELO PODER JUDICIÁRIO. POSSIBILIDADE. NOVA ORIENTAÇÃO DO STJ. PRECEDENTES. DIVULGAÇÃO DE FATOS BASEADOS EM RELATÓRIO PRELIMINAR DO TCE E EM "DENÚNCIA" SEM IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA. SERVIDORES ACUSADOS DE COMETER IRREGULARIDADES. DENÚNCIAS NÃO COMPROVADAS. APELAÇÃO DA FUNAFIN PROVIDA, À UNANIMIDADE. PREJUDICADA A APELAÇÃO APRESENTADA POR EDVAL DA ROCHA PEREIRA FILHO.

1- O autor da ação principal interpôs apelação cível requerendo que seja acrescentada ao *decisum* a indenização por danos morais. Por seu turno, o FUNAFIN também apresentou apelo defendendo a legalidade da punição administrativa aplicada ao apelante; além de defender a impossibilidade de o Judiciário adentrar no mérito da decisão administrativa.

2- Inicialmente, deve ser analisado o recurso apresentado pelo FUNAFIN.

3- O recorrente aduz, em suas alegações, que o Poder Judiciário não pode invadir o mérito da decisão que aplicou punição ao recorrido, devendo analisar apenas se o ato foi praticado por autoridade incompetente ou sem a observância das formalidades essenciais.

4- De fato, a doutrina clássica e a jurisprudência não admitiam a possibilidade de o Poder Judiciário adentrar na análise do mérito das punições administrativas aplicadas no uso do poder disciplinar.

5- Ocorre, contudo, que a jurisprudência dos nossos tribunais vem mudando a orientação antes perfilhada, entendendo que o ato que impõe punição ao servidor não é dotado de discricionariedade, portanto, enquanto ato vinculado, demanda uma análise mais profunda por parte do Poder Judiciário.

6- Dessa forma, através dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, verifica-se não apenas o cumprimento das formalidades legais do procedimento administrativo, mas também a justiça ou a injustiça da punição aplicada.

7- Na presente hipótese, foram cumpridas as formalidades legais, eis que houve a sindicância, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, ao servidor foi facultada a ampla defesa, com a possibilidade de acompanhar os atos procedimentais, assim como diversas testemunhas foram ouvidas.

8- No que pertine à punição aplicada, o recorrido, no depoimento prestado, afirmou que tinha conhecimento de irregularidades através de um "resultado preliminar", de um "relatório Preliminar de Auditoria" do TCE, informações que teriam sido passadas por funcionários, cujos nomes se recusou a mencionar. Aduziu ainda que todas as informações prestadas no seu depoimento foram



246
140
L

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

encaminhadas ao Deputado Augusto César, bem como que não fez as denúncias em alusão ao próprio IRH ou ao SASSEPE porque outras pessoas e funcionários teriam tentado fazer o mesmo, mas sem resultado satisfatório.

9- Neste contexto, foi razoável a punição aplicada ao apelado. Como mencionado alhures, o mesmo agiu divulgando o conteúdo de um relatório preliminar do TCE, além de divulgar fatos narrados em uma denúncia que não se encontrava identificada e nem tampouco assinada, acusando servidores do IRH de cometer irregularidades. Ademais, não declina o nome das pessoas que lhe teriam repassado tais informações.

10- Veja-se que não se pretende tolher o direito constitucional de o apelado "fiscalizar" os atos realizados no âmbito da Administração Pública, mas é questionável a sua conduta diante da situação. Na verdade, cabia-lhe encaminhar os documentos em referência para que o órgão responsável fizesse as devidas apurações e não divulgá-las no ambiente de trabalho, encaminhando-as a um deputado, criando uma situação embaraçosa, constrangedora aos funcionários.

11- Com efeito, as punições aplicadas aos servidores estaduais foram disciplinadas no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco, dentre as quais se encontra a suspensão.

12- Nesse cenário, a sentença fustigada merece reforma, mantendo-se a punição administrativa que foi aplicada ao recorrido.

13- No que tange ao recurso apresentado por Edval da Rocha Pereira Filho, perdeu o objeto, eis que requereu a anulação da punição administrativa e a condenação da FUNAFIN por danos morais, contudo, em sendo mantida a sanção que lhe foi imposta, não há que se falar em danos morais.

14- Apelação Cível da FUNAFIN provida, prejudicado o recurso apresentado por Edval da Rocha Pereira Filho.

ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0176283-6, figurando como apelantes **EDVAL DA ROCHA PEREIRA FILHO E OUTRO** e como apelados **FUNAFIN E OUTRO**. Acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em **DAR PROVIMENTO** ao apelo apresentado pela **FUNAFIN**, prejudicado o recurso apresentado por **EDVAL DA ROCHA PEREIRA FILHO**, tudo conforme o relatório e notas taquigráficas anexas, que ficam fazendo parte deste julgado.

Recife, 26/01/2018


Des. João Bosco Gouveia de Melo
Relator / Presidente

1418
22



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0176283-6

APELANTE: EDVAL DA ROCHA PEREIRA FILHO E OUTRO

APELADO: FUNAFIN - FUNDO FINANCEIRO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO:

Adoto o relatório de fls. 269/270 da sentença.

Acrescento que o MM Juiz *a quo* julgou procedente em parte o pedido do autor, *para anular o ato que importou na sanção de suspensão do mesmo de sua função, bem como para condenar o réu ao pagamento do salário correspondente ao período em que esteve suspenso acrescido de correção monetária e juros moratórios*. Condenou, ainda o IRH ao pagamento dos ônus sucumbenciais (fl. 272).

Intimado, o autor apelou requerendo também que o réu fosse condenado em indenização por danos morais (fls. 275/280).

Por seu turno, o FUNAFIN também interpôs apelo, pugnando pela reforma da sentença (fls. 282/290).

As partes apresentaram contra-razões (fls. 291/299 e 301/306).

Instado a se manifestar, a Procuradoria de Justiça Cível, através de seu representante, opinou pelo não provimento do apelo interposto por EDVAL DA ROCHA PEREIRA FILHO, bem como pelo provimento do recurso interposto pelo FUNAFIN (fls. 318/320).

É o relatório.

À revisão.

Recife, 11 de

Desembargador João Bosco Gouveia de Melo
Des. João Bosco Gouveia de Melo
Relator

JUÍZO DA SÉTIMA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL – PERNAMBUCO.

PROCESSO Nº: 001.2006.014298-8.

AUTOR: EDVAL DA ROCHA PEREIRA FILHO.

RÉU: INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS.

SENTENÇA.

Vistos, etc...

EDVAL DA ROCHA PEREIRA FILHO, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliado na comarca de Paulista, ajuizou perante este juízo, por meio de advogado, nos termos da lei, a presente **AÇÃO ORDINÁRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO C/C PERDAS E DANOS MORAIS E MATERIAIS** em face do **IRH – INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta comarca, objetivando anular ato administrativo disciplinar que implicou na sua suspensão por trinta dias, bem como a restituição do salário com os acréscimos legais e condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais.

Afirma o autor que é servidor público, lotado no Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco, onde exerce cargo técnico.

Ocorre que quando do exercício de sua atividade chegaram ao seu conhecimento documentos que continham denúncias de prováveis irregularidades ocorridas no âmbito do SASSEPE e do IRH.

O autor em vista da consistência destas denúncias comentou com funcionários do IRH acerca do conteúdo das mesmas.

Tal fato implicou na instauração de um inquérito administrativo que culminou com uma punição de suspensão de trinta dias, onde fora tipificada a conduta do autor como falta grave.

Pois bem, inconformado com o resultado do processo administrativo disciplinar, já que segundo argumenta contém resquícios de atos ditatoriais, e foi levado a cabo sem o devido respeito ao *due process of law*, culminando em uma decisão desarrazoada e desproporcional ingressou perante este juízo requerendo o que de direito.

O autor acostou à inicial os documentos de fls. 13/106.

O réu apresentou contestação às fls. 113/123 dos autos, arguindo em preliminar a impossibilidade jurídica do pedido, a inépcia da inicial e a incerteza e indeterminação do pedido.

No mérito, argumentou que a sanção encontra previsão legal, destacando que o processo administrativo foi conduzido com o respeito ao devido processo legal, não havendo qualquer pecha que manche a sua legitimidade.

Demais disso, defendeu o ponto de vista de que as sanções disciplinares se encontram sob o manto do mérito administrativo, razão pela qual não cabe ao Poder Judiciário em razão do princípio da separação dos poderes se imiscuir.

Em vista do exposto pugnou pela improcedência do pedido.

O autor apresentou réplica às fls. 126/135.

Com vistas ao Ministério Público este opinou pela improcedência do pedido.

É o relatório. Decido.

Cuida-se de ação ordinária na qual o autor, servidor público estadual, pleiteia anulação de ato administrativo que importou em sanção disciplinar de suspensão de suas atividades por trinta dias, albergado em supostas irregularidades ocorridas tanto na instauração do processo administrativo, como no decorrer do mesmo, e, sobretudo, quanto a sua conclusão.

Inicialmente cumpre analisar as preliminares argüidas pela defesa.

No que concerne à impossibilidade do Judiciário aferir a legalidade da imposição de sanções disciplinares, penso não haver nesta circunstância qualquer ofensa aos princípios da separação dos poderes.

Com efeito, a inafastabilidade da jurisdição consagrada na Carta Magna nos leva a concluir neste sentido.

Demais disso, vale destacar que o Superior Tribunal de Justiça em recente decisão afirmou que inexistente aspecto discricionário (juízo de conveniência e oportunidade) no ato administrativo que impõe sanção disciplinar, *in verbis*:

EMENTA. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO DISCIPLINAR. DISCRICIONARIEDADE. INOCORRÊNCIA. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA AUSENTE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ORDEM DENEGADA. I - Tendo em vista o regime jurídico disciplinar, especialmente os princípios da dignidade da pessoa humana, culpabilidade e proporcionalidade, inexistente aspecto discricionário (juízo de conveniência e oportunidade) no ato administrativo que impõe sanção disciplinar. II - Inexistindo discricionariedade no ato disciplinar, o controle jurisdicional é amplo e não se limita a aspectos formais. III - A descrição minuciosa dos fatos se faz necessária apenas quando do indiciamento do servidor, após a fase instrutória, na qual são efetivamente apurados, e não na portaria de instauração ou na citação inicial. IV - Inviável a apreciação do pedido do impetrante, já que não consta, neste writ, o processo administrativo disciplinar, o qual é indispensável para o exame da adequação ou não da pena de cassação de aposentadoria aplicada, considerando, especialmente, a indicação pela Comissão Disciplinar de uma série de elementos probatórios constantes do PAD, os quais foram considerados no ato disciplinar. Ordem denegada, sem prejuízo das vias ordinárias. MS 12983 / DF MANDADO DE SEGURANÇA 2007/0169559-9 Relator(a) Ministro FELIX FISCHER (1109) Órgão Julgador S3 -

TERCEIRA SEÇÃO Data do Julgamento 12/12/2007 Data da Publicação/Fonte DJ 15.02.2008 p. 79. (grifo nosso).

Como se vê, não há como objetar ao controle judicial exceções como a ora discutida.

Quanto à carência de documentos essenciais, percebo que a mesma também não merece prosperar. Decerto, há nos autos cópia de todo o processo administrativo, ora impugnado, não necessitando coleta de outros documentos para bem instruir a lide.

Por fim, não entendo que o pedido do autor seja incerto e indeterminado, nem que o mesmo teria a obrigação de esmiuçar os valores que pretende obter a título de indenização, já que deixou a este juízo a fixação do montante. Logo, indefiro mais esta liminar.

Quanto ao mérito, percebo que o dever de discricão quanto às informações conhecidas em razão do exercício da função, não é quebrado em face de simples comentários realizados com outros colegas de instituição, acerca do conteúdo de denúncias e coisas do gênero, não se transmutando em motivo suficiente a ensejar a atacada sanção de suspensão por trinta dias.

Neste diapasão, ainda que considerássemos que a sanção disciplinar se insere no âmbito do mérito administrativo, não pode este ficar acima dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade que servem conforme já pacificado na doutrina e jurisprudência como limitadores da discricionariedade administrativa.

Logo, como aceitar que foram respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na suspensão atacada, diante do fato de que os comentários do autor possuíam certo embasamento e não foram feitos de maneira gratuita?

Demais disso, saliente-se que é dever e direito do servidor, e antes de tudo do cidadão indignar-se diante dos desmandos que são levados a efeitos nos meandros da administração pública, sobretudo, quando os mesmos são apurados por órgão idôneo que goza de credibilidade junto à sociedade.

Logo, no Estado Democrático de Direito, onde reina a liberdade de expressão, onde a coisa pública não pode ser motivo de segredo, não há espaço para sanções disciplinares como a ora em epígrafe, já que a mesma se contrapõe a toda carga axiológica que enunciam os princípios citados.

Decerto, os processos no âmbito do Tribunal de Contas e do Judiciário, ao menos em princípio, são públicos e não secretos, sendo a divulgação dos mesmos, bem como o seu respectivo acesso um dever dos órgãos citados. Assim, como imputar uma sanção a servidor que tomando conhecimento de documento público por natureza comenta seu conteúdo com colegas de trabalho?

Realmente só lembrando práticas inquisitoriais e ditatoriais é que podemos respaldar decisão tão anacrônica como a ora rechaçada.

Agora, acaso tenha o autor com sua conduta ofendido a honra ou a moral de algum servidor, e este se sentido prejudicado, que o acione nas vias próprias e não que se valha da máquina administrativa para sancionar o autor por ato que no máximo possa ter efeitos sobre a esfera privada de outrem e nunca sobre a esfera pública, único bem tutelado pelo estatuto disciplinar.

De outro lado, à exceção da perda salarial, entendo que não houve qualquer dano advindo de tal conduta.

Com efeito, para configuração de tais danos é necessário que o autor comprove o abalo moral sofrido, diferentemente do que aconteceu nos autos, onde não há qualquer indício que nos leve a concluir pela existência de dano moral, pois a instauração de processo administrativo ainda que o mesmo comine com sanção imprópria, como no caso em apreço, se insere no âmbito de prerrogativas da administração que não dão causa a qualquer dano de natureza moral.

Isto posto, julgo procedente em parte o pedido do autor, para anular o ato que importou na sanção de suspensão do mesmo de sua função, bem como para condenar o réu ao pagamento do salário correspondente ao período em que esteve suspenso acrescido de correção monetária e juros moratórios. Condene ainda o réu ao pagamento de custas e honorários advocatícios os quais arbitro na quantia de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Publique-se. Registre-se e intime-se.

Sentença sujeita ao reexame necessário.

Recife, 15 de maio de 2008.


José Viana Ulisses Filho.

Juiz de direito.

24746



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0176283-6

APELANTE: EDVAL DA ROCHA PEREIRA FILHO E OUTRO

APELADO: FUNAFIN – FUNDO FINANCEIRO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO:

Trata-se de apelações cíveis de sentença que julgou procedente em parte o pedido do autor, anulando a punição administrativa que lhe foi imposta, bem como condenando o réu ao pagamento do salário correspondente ao período em que esteve suspenso, além da condenação ao pagamento do ônus sucumbenciais.

O autor da ação principal interpôs apelação cível requerendo que seja acrescentada ao *decisum* a indenização por danos morais. Por seu turno, o FUNAFIN também apresentou apelo defendendo a legalidade da punição administrativa aplicada ao apelante; além de defender a impossibilidade de o Judiciário adentrar no mérito da decisão administrativa.

Inicialmente, deve ser analisado o recurso apresentado pelo FUNAFIN.

A contenda que ora se apresenta tem como objeto principal o pedido de anulação da punição administrativa aplicada ao ora apelado, servidor público estadual.

O recorrente aduz, em suas alegações, que o Poder Judiciário não pode invadir o mérito da decisão, devendo analisar apenas se o ato foi praticado por autoridade incompetente ou sem a observância das formalidades essenciais.

Entendo que é oportuno verificar tais alegações para que se veja até que ponto o Poder Judiciário pode analisar a sanção administrativa em questão

De fato, a doutrina clássica e a jurisprudência não admitiam a possibilidade de o Poder Judiciário adentrar na análise do mérito das punições administrativas aplicadas no uso do poder disciplinar. Neste diapasão, caberia ao Judiciário apenas analisar se o procedimento administrativo cumpriu os requisitos legais.

Ocorre, contudo, que a jurisprudência dos nossos tribunais vem mudando a orientação antes perfilhada, entendendo que o ato que impõe punição ao servidor não é dotado de discricionariedade, portanto, enquanto ato vinculado, demanda uma análise mais profunda por parte do Poder Judiciário.

248
147
✓



Podér Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Dessa forma, através dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, verifica-se não apenas o cumprimento das formalidades legais do procedimento administrativo, mas também a justiça ou a injustiça da punição aplicada.

Comprovando o que acima foi exposto, cito os precedentes abaixo:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. MILITAR. EXCLUSÃO. OITIVA DE TESTEMUNHAS DE DEFESA E ACUSAÇÃO. INVERSÃO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTOS PELA COMISSÃO PROCESSANTE. IRRELEVÂNCIA PARA O RESULTADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. NULIDADE AFASTADA. COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR. COMPETÊNCIA. BIS IN IDEM. INOCORRÊNCIA. ATO DEMISSSIONAL. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. PENALIDADE. EXCLUSÃO. DESPROPORCIONALIDADE.

Omissis

V - Inexiste aspecto discricionário (juízo de conveniência e oportunidade) no ato administrativo que impõe sanção disciplinar. Nesses casos, o controle jurisdicional é amplo e não se limita a aspectos formais (Precedentes: MS 13.716/DF, 3ª Seção, de minha relatoria, DJe de 13/02/2009; MS nº 12.957/DF, 3ª Seção, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 26/9/2008; MS nº 12.983/DF, 3ª Seção, de minha relatoria, DJ de 15/2/2008).

VI - lista C. Corte pacificou entendimento segundo o qual, mesmo quando se tratar de imposição da penalidade de demissão, devem ser observados pela Administração Pública os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e individualização da pena (Precedentes: MS 13.716/DF, 3ª Seção, de minha relatoria, DJe de 13/02/2009 MS nº 8.693 / DF, 3ª Seção, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 8/5/2008; MS nº 7.260 / DF, 3ª Seção, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJ de 26/8/2002 e MS nº 7.077 / DF, 3ª Seção, Rel. Min. Edson Vidigal, DJ de 11/6/2001).

VII - *Omissis*

Recurso ordinário provido.

(RMS 28487/GO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 10/03/2009, DJe 30/03/2009).

Assim

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO DISCIPLINAR. DISCRICIONARIEDADE. INOCORRÊNCIA. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA AUSENTE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ORDEM DENEGADA.

I - Tendo em vista o regime jurídico disciplinar, especialmente os princípios da dignidade da pessoa humana, culpabilidade e proporcionalidade, inexistente aspecto discricionário (juízo de conveniência e oportunidade) no ato administrativo que impõe sanção disciplinar.

249
2148



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

II - Inexistindo discricionariedade no ato disciplinar, o controle jurisdicional é amplo e não se limita a aspectos formais.

III - A descrição minuciosa dos fatos se faz necessária apenas quando do indiciamento do servidor, após a fase instrutória, na qual são efetivamente apurados, e não na portaria de instauração ou na citação inicial.

Omissis

(MS 12983/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2007, DJ 15/02/2008 p. 79, LEXSTJ vol. 224 p. 42)

A nova orientação adotada pelo Colendo STJ possibilita uma ampla análise do ato administrativo disciplinar, o que deverá ser feito no presente caso.

No que pertine à realização do processo administrativo, verifico que foram cumpridas as formalidades legais, eis que houve a sindicância, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, ao servidor foi facultada a ampla defesa, com a possibilidade de acompanhar os atos procedimentais, assim como diversas testemunhas foram ouvidas. Aliás, é oportuno esclarecer que o recorrido não apontou qualquer irregularidade na condução do referido processo disciplinar.

Seguindo essa linha de raciocínio, cumpre-nos analisar se a punição de suspensão de 30 (trinta) dias está em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Compulsando os autos, constato que foi instaurada sindicância tendo em conta que o recorrido teria acusado, sem provas, pessoas que ocupam cargos de confiança no IRH, além de acusar a ocorrência de favorecimento de empresas que prestam serviços ao IRH/SASSEPE (fl. 19).

O recorrido, no depoimento prestado, afirmou que tinha conhecimento de irregularidades através de um "resultado preliminar", de um "relatório Preliminar de Auditoria" do TCE, informações que teriam sido passadas por funcionários, cujos nomes se recusou a mencionar. Aduziu ainda que todas as informações prestadas no seu depoimento foram encaminhadas ao Deputado Augusto César, bem como que não fez as denúncias em alusão ao próprio IRH ou ao SASSEPE porque outras pessoas e funcionários teriam tentado fazer o mesmo, mas sem resultado satisfatório (fls. 44/46).

Observo, outrossim, que foram anexados à sindicância um "Relatório Preliminar de Auditoria" do Tribunal de Contas, bem como uma "denúncia" sem qualquer identificação ou assinatura de quem o formulou (fls. 47/56).

Já no depoimento prestado no curso do processo disciplinar propriamente dito, o apelado ratificou o depoimento prestado na sindicância, sem trazer muitas alterações ao que fora dito anteriormente.

DM

250
2149



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Cumpre esclarecer ainda que algumas testemunhas, que ocupam cargos em comissão, atestaram se sentirem ofendidas com as acusações do recorrido.

Neste contexto, entendo que foi razoável a punição aplicada ao apelado. Como mencionado alhures, o mesmo agiu divulgando o conteúdo de um relatório preliminar do TCE, além de divulgar fatos narrados em uma denúncia que não se encontrava identificada e nem tampouco assinada, acusando servidores do IRH de cometer irregularidades. Ademais, não declina o nome das pessoas que lhe teriam repassado tais informações.

Veja-se que não se pretende tolher o direito constitucional de o apelado "fiscalizar" os atos realizados no âmbito da Administração Pública, mas é questionável a sua conduta diante da situação. Na verdade, cabia-lhe encaminhar os documentos em referência para que o órgão responsável fizesse as devidas apurações e não divulgá-las no ambiente de trabalho, encaminhando-as a um deputado, criando uma situação embaraçosa, constrangedora aos funcionários.

Finalmente, não consta dos autos que as acusações do apelado tenham sido confirmadas.

Com efeito, as punições aplicadas aos servidores estaduais foram disciplinadas no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco, da seguinte forma:

CAPÍTULO III - Das proibições

Art. 194 - Ao funcionário é proibido:

omissis

II - referir-se de modo depreciativo, em informação, parecer ou despacho às autoridades ou atos da administração pública, podendo porém, em trabalho assinado criticá-los do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço;

Art. 199 - São penas disciplinares:

I - repreensão;

II - multa;

III - suspensão;

IV - destituição de função;

V - demissão;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

VI - cassação da aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 202 - A suspensão, que não excederá de trinta dias, será aplicada em casos de:

I - falta grave;

II - reincidência em falta punível com a pena de repreensão;

III - transgressão do disposto nos itens II, III, IX e XII do Art. 194.

Nesse cenário, entendo que a sentença fustigada merece reforma, mantendo-se a punição administrativa que foi aplicada ao recorrido.

No que tange ao recurso apresentado por Edval da Rocha Pereira Filho, entendo que perdeu o objeto, eis que requereu a anulação da punição administrativa e a condenação da FUNAFIN por danos morais, contudo, em sendo mantida a sanção que lhe foi imposta, não há que se falar em condenação por danos morais.

Dessa forma, **VOTO** pelo provimento do apelo apresentado pelo FUNAFIN, prejudicado o apelo apresentado por Edval da Rocha Pereira Filho.

É o meu **VOTO**, Srs. Desembargadores.

Recife, 26/01/2010

Des. João Bosco Gouveia de Melo
Relator

25251
L



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª Câmara Cível

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0176283-6

Juízo de Origem: 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital – Juiz:

Dr. José Viana Ulisses Filho

APELANTE: Edval da Rocha Pereira Filho E OUTROS

Advogado: Dr. Adolfo Henrique Nunes Monteiro

APELANTE: FUNAFIN – Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco E OUTROS

Procuradora: Dra. Inês Almeida Martins Canavello

APELADO: OS MESMOS.

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia De Melo

REVISOR: Des. Fernando Cerqueira Norberto Dos Santos

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de apelação em Ação Anulatória de Ato Administrativo c/c perdas e danos, materiais e morais, onde o Magistrado originário deferiu parcialmente os pedidos, anulando o ato administrativo que aplicou a pena disciplinar ao funcionário público, condenando o Estado ao pagamento do respectivo mês de suspensão, e por fim indeferindo o pedido de condenação por dano moral haja vista a inexistência da comprovação do referido abalo moral do Sr. Edvaldo da Rocha Pereira Filho.

Tomando por empréstimo os argumentos apresentados pelo Eminente Relator, o meu voto de revisão é proferido no sentido de:

No Mérito:

(x) Provimento ao Apelo da FUNAFIN, prejudicado o apelo apresentado pelo Sr. Edvaldo da Rocha Pereira Filho.

() Procedência da Apelação Cível

() Procedência Parcial da Apelação Cível.

É como voto.

Recife, 26/ Janeiro / 2010

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Revisor